

O ensino público e as políticas de acesso ao ensino superior brasileiro no governo Lula

GERADO JOSÉ FERRARESI DE ARAUJO*

CESAR MACHADO CARVALHO**

Resumo

As escolas públicas brasileiras incorrem problemas estruturais que vão desde professores mal remunerados até problemas de infraestrutura e violência. O reflexo dessa situação pode ser constatado nos índices de aprovação dos alunos do sistema público nas principais universidades do país. Diante desse caráter perverso do sistema de ensino, nos últimos anos, o MEC vem executando uma série de políticas públicas com o objetivo de democratizar o acesso ao ensino superior. Diante desta realidade, o objetivo desse trabalho é discorrer sobre a relação entre o sistema de ensino público deficitário, o acesso ao ensino superior por parte dos alunos da rede pública e as políticas de ações afirmativas destacando o PROUNI e o REUNI. A metodologia empregada foi à pesquisa documental e revisão bibliográfica no período de 2009 a 2011, com base em documentos oficiais e extra-oficiais da educação superior no Brasil. Embora os programas acima tenham ampliado significativamente o acesso de alunos socioeconomicamente desfavorecidos ao ensino superior, são necessárias medidas concretas, por parte do governo e da sociedade, para a revalorização da escola pública para que as políticas de inclusão sejam de caráter temporário e para correção de distorções sociais históricas e que não mascarem o problema da educação do país.

Palavras-chave: Escola Pública; Ensino Superior; Ações Afirmativas.

Public education and access policies to Brazilians colleges in Lula government

Abstract

The Brazilian public schools incur structural problems, ranging from poorly paid teachers to infrastructure problems and violence. The reflection of this situation can be found on the pass rate of students in the public system in the country's leading universities. Faced with this perverse character of the education system in recent years, MEC has been running a series of public policies in order to democratize access to higher education. Given this reality, the objective of this paper is to discuss the relationship between the public school system deficit, access to higher education by students from public and affirmative action policies, and especially PROUNI and REUNI. The methodology used was documentary research literature review in the period 2009 to 2011 based on official documents and non-official higher education in Brazil. Although the above programs have significantly expanded access for socioeconomically disadvantaged students to higher education are required concrete action by the government and society to the revaluation of the public school, for inclusion policies are temporary and for the correction of social and historical distortions and not mask the problem of education in the country.

Key words: Public School; College Education; Affirmative Action.



* **GERADO JOSÉ FERRARESI DE ARAUJO** é Bacharel em Administração pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.



** **CESAR MACHADO CARVALHO** é Mestrando em Ciências Políticas pela Universidade Federal de São Carlos, Campus São Carlos.

1.

Introdução

Entende-se ser a função da escola, sob a óptica freiriana¹, aquela que garante a democracia e torna a cultura acessível a todos. Tanto a Constituição de 1988 quanto a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) nº. 9.394 de 20/12/1996 definem o papel da escola como um agente capaz de contribuir para o pleno desenvolvimento da pessoa, preparando-a para a cidadania e qualificando-a para o trabalho.

Todavia, a escola, sobretudo na sociedade capitalista, desempenha um papel fundamental na reprodução das diferentes classes e grupos sociais, formas de conhecimento, habilidades e cultura, que não somente legitima a cultura dominante, mas também direcionam os alunos para postos diferenciados na força do trabalho reproduzindo, portanto, os meios de produção (Giroux, 1988), criando, conseqüentemente, um abismo social entre ricos e pobres.

Logo, nas diferentes classes sociais, especialmente no Brasil, podem ser observadas as discrepâncias que há entre as escolas públicas e privadas. Na maioria das escolas públicas do país é notório os problemas de infraestrutura, professores e alunos desmotivados, precária metodologia de ensino, localização desprivilegiada, violência e tráfico de drogas.

Porém, no que tange às escolas particulares, embora essas tenham como objetivo fundamental condicionar seus

alunos a serem aprovados nos exames vestibulares, sendo assim, um claro propósito utilitarista, possuem, em sua maioria, boa infraestrutura, racionalização dos recursos operacionais, financeiros e humanos e sistema de avaliação alinhado com os exames de admissão das principais universidades.

Conseqüentemente, nos resultados de exames vestibulares, podemos constatar os baixos índices de aprovações de alunos oriundos da rede pública de ensino. No ENEM 2010, segundo Toledo (2011), a nota média das escolas privadas brasileiras do Ensino Médio é 15% mais alta do que a das escolas públicas: 608 a 527, ratificando o caráter perverso do sistema de ensino brasileiro.

Diante desta realidade, o Ministério da Educação, desde 2004, vem executando uma série de políticas afirmativas para aumentar o número de estudantes oriundos de escolas públicas, alunos negros, pardos e indígenas no quadro discente das instituições de ensino superior, além disso, corrigir as distorções sociais e econômicas históricas na sociedade brasileira, notadamente, marcada pela desigualdade social.

Dado o exposto acima, o objetivo deste artigo é abordar a relação entre o sistema de ensino público deficitário e o acesso ao ensino superior por parte dos alunos da rede pública e as políticas de ações afirmativas, com destaque ao Programa Universidade para Todos e Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

¹ Para Freire (1983) a educação deve contribuir para libertar os seres humanos da opressão. A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, primeiro desvelando o mundo da opressão; o segundo, com a transformação da realidade opressora, em processo de permanente libertação.

2. Metodologia

A natureza do método empregado neste estudo é do tipo qualitativa. Para Liebscher (1998) são apropriados quando o fenômeno em estudo é complexo, de natureza social e não tende à quantificação. Normalmente, são usados quando o entendimento do contexto social e cultural é um elemento importante para a pesquisa.

Para alcançar o objetivo geral da pesquisa, foram realizadas as seguintes ações: levantamento bibliográfico nas bases de dados do Plano de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação, Relatório de Monitoramento de Educação da UNESCO, levantamento das revistas: *Educação e Sociedade* e *Pró-Posições*, ambas vinculadas à Universidade Estadual de Campinas e aos Colóquios de gestão universitária, que são bases de artigos e dados estatísticos da área da educação e das políticas públicas.

Esses documentos foram acessados através da INTERNET no período de 2009 a 2011. Nessas bases de dados, foram cruzadas as seguintes palavras-chaves: políticas públicas, ensino superior, ações afirmativas, PROUNI e REUNI e posteriormente, foram selecionados todos os artigos nacionais de maior relevância no assunto através das referências bibliográficas com seleção realizada pela análise do resumo dos artigos.

3. A situação do ensino fundamental e médio no Brasil

De acordo com o Relatório de Monitoramento de Educação para Todos de 2010 da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, a qualidade da educação no Brasil é baixa. O relatório da UNESCO (2010) aponta que o índice de repetência no ensino fundamental

brasileiro, cerca de 18,7%, é o mais elevado na América Latina e fica expressivamente acima da média mundial de 2,9%. Os elevados índices de evasão nos primeiros anos de educação também contribuem para a fragilidade do sistema educacional do país. Pelo menos 13,8% dos brasileiros largam os estudos já no primeiro ano do ensino básico.

Esta situação pode ser ratificada pelo estudo realizado pelo *Program for International Student Assessment*, PISA (2010), que em 2009, mediu o aprendizado em ciências, comparando a qualidade da educação em 57 países mostrando que o desempenho médio dos estudantes brasileiros com 15 anos ficou classificado Brasil na 52ª posição. O mesmo estudo apontou o país na 53ª posição em matemática dentre 57 países e na 48ª posição, em leitura, dos 56 países participantes. Além disso, dentre 65 países, o Brasil ficou na 53ª posição no ranking geral do PISA em 2009. A avaliação feita com alunos com 15 anos, em questões de literatura, matemática e ciências, mostrou que metade dos estudantes brasileiros não atinge nível básico de leitura.

Para a UNESCO (2010), os problemas que a educação brasileira ainda enfrenta são: estrutura física precária, professores com baixa remuneração, o número baixo de hora/aula. Além disso, existem 210 mil escolas no Brasil onde 13,7 mil não têm banheiro e 1,9 mil não tem rede de água. Ademais, grande parte dessas escolas está sem banheiros, merenda, com professores sobrecarregados e que sobrevivem com uma renda média mensal de R\$ 1.000,00, em péssimas localizações.²

² No que tange à localização, o inciso I, do artigo 3º da Lei 9394/96 (LDB) afirma “igualdade de condições para o acesso e

Pode-se concluir que o descaso com a educação pública no Brasil tem suas raízes no perverso quadro de desigualdade social, pobreza e violência, aliadas ao descaso político/administrativo para com a escola pública.

4. Situação do Ensino Superior no Brasil

A educação superior brasileira, sobretudo a partir dos anos 1990, recebeu forte influência das políticas neoliberais e dos organismos financeiros internacionais.

Neste contexto, deu-se o esvaziamento do Estado no financiamento das instituições públicas de educação superior o que provocou, por um lado, a expansão indiscriminada de instituições privadas de ensino superior e do outro o desmantelamento do ensino público superior (PAULA; AZEVEDO, 2006).

No Brasil, atualmente, há cerca de 257 instituições de ensino superior públicas e 2.141 privadas. No universo das IES privadas, a grande maioria compõe-se de instituições com fins lucrativos, de qualidade duvidosa e uma minoria constituída de instituições sem fins lucrativos (DIAS SOBRINHO; BRITO, 2008).

As informações discutidas acima demonstram que o ensino superior brasileiro é um dos mais privatizados e elitistas do mundo, pois 73% das matrículas estão no setor privado e apenas 27% no setor público. Além disso, as IES públicas oferecem 63% dos seus cursos no período diurno e apenas 27% no período noturno, ao contrário das IES privadas. Paralelamente a este cenário, o Brasil, quando comparado a outros países do

mundo, possui apenas 12% dos estudantes entre 18 e 24 anos matriculados no ensino superior (DIAS SOBRINHO; BRITO, 2008, p. 493-494).

A partir dos dados apresentados, podemos concluir que a maior parte dos estudantes que ingressa no ensino superior brasileiro o faz pela via privada, em instituições de pouca qualidade no ensino. Os alunos trabalhadores e provenientes das classes sociais menos favorecidas econômica e socialmente, vítimas do ensino público falido, conforme discorrido anteriormente, não encontram possibilidades de ingresso nas universidades públicas, que são de melhor qualidade, e que se dedicam ao ensino, à pesquisa e à extensão, e contam com um corpo docente qualificado. As vagas nessas instituições são limitadas e a concorrência é significativa. Inversa e injustamente, os alunos provenientes das classes sociais mais abastadas que cursaram o ensino médio em escolas particulares, mais elitizadas, chegam às universidades públicas, sobretudo nos cursos de maior remuneração no mercado.

Nesse sentido, através deste sistema educacional desigual, o ensino superior acaba reforçando as desigualdades, pois os estudantes mais pobres são relegados às instituições privadas de baixa qualidade. Isto demonstra que essa diferenciação, ao invés de contribuir para democratizar o ensino superior, simplesmente, reproduz e reforça as desigualdades no cerne da sociedade brasileira, de acordo com Althusser (1998, p. 80):

É pela aprendizagem de alguns saberes contidos na inculcação maciça da ideologia da classe dominante que grande parte são

permanência na escola” como um dos princípios do ensino.

reproduzidas as relações de produção de uma formação social capitalista, ou seja, as relações entre exploradores e explorados.

5. O Programa Universidade para Todos.

A democratização do ensino superior no Brasil é bastante complexa diante da brutal desigualdade social, da natureza polêmica do problema e da reduzida parcela do ensino gratuito e de qualidade.

Diante desse quadro, em 10/09/2004, através da medida provisória nº 213/2004, institucionalizada pela Lei nº 11.096 de 13/01/2005, foi criado o Programa Universidade para Todos, o PROUNI, que tem como objetivo a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições privadas de nível superior para estudantes que realizaram todo ensino médio na rede pública ou em escola privada com bolsa integral. O processo seletivo, para os candidatos às vagas oferecidas pelo PROUNI, é realizado mediante o perfil socioeconômico do candidato e da nota obtida no ENEM.

Ademais, o PROUNI adotou políticas afirmativas que concede bolsas para estudantes que se auto-declaram negros, pardos e indígenas, onde o número de vagas varia de acordo com a proporção dessas populações nos respectivos estados.

No que se refere à participação das instituições filantrópicas privadas de ensino superior no programa, que concede isenção de impostos federais, essas destinaram 20% de suas vagas para o Programa. No caso das instituições privadas com fins lucrativos, que pagam todos os impostos, o projeto de lei prevê a isenção de quatro tributos: o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas; a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e a Contribuição para o Programa de Integração Social. Como contrapartida, as instituições privadas destinaram 10% de suas vagas para o programa.

A tabela a seguir resume a contribuição fiscal das IES privadas participantes ou não do PROUNI de acordo com seus fins lucrativos ou não.

Tabela1: Alíquotas e Base de Cálculo dos Tributos Federais por Categoria de IES

Tributos	Com Fins Lucrativos		Sem Fins Lucrativos			
	Atual	Pro Uni	Confessional/Comunitária		Filantrópica	
			Atual	Pró Uni	Atual	Pró Uni
IRPJ	25 % x lucro	isento	isento	isento	isento	isento
CSLL	9 % x lucro	isento	isento	isento	isento	isento
COFINS	7,6 % x receita	isento	3 % x receita	isento	isento	isento
PIS	1,65 % x receita	isento	1 % x folha	isento	1 % folha	isento
INSS	20 % x folha	20 % x folha	20 % x folha	20 % x folha	isento	isento

Para Corbucci (2004, p. 698), o programa "constitui iniciativa de redistribuição de renda ao transferir recursos de isenção fiscal a estratos populacionais mais pobres já que tais recursos, mesmo arrecadados, não beneficiariam esses grupos sociais".

Segundo Paula (2009), o PROUNI já ofertou, de 2005 a 2008, 639.802 bolsas de estudos, sendo a maior parte delas bolsas integrais.

Através destes números, pode-se afirmar que o PROUNI é um dos o maiores programas de inclusão no ensino superior no Brasil, porém, recentemente o Tribunal de Contas da União tem apontado uma série de irregularidades no processo de concessão de bolsas do PROUNI dentre as quais foram identificadas falhas na comprovação e na fiscalização da renda dos alunos beneficiados.

Além disso, de acordo com Constantino e Salomon (2004, p.1), em artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo:

Números oficiais [...] mostram que os incentivos fiscais já concedidos pelo governo federal às instituições privadas de ensino superior, seriam suficientes para dobrar o número de alunos nas federais. Beneficiadas com isenção fiscal, as filantrópicas consomem R\$ 839,7 milhões ao ano. Estudo feito pelo MEC, indica que seriam necessários de R\$ 800 milhões a R\$ 1 bilhão para criar cerca de 520 mil novas matrículas nas universidades federais.

Ademais, para os críticos, o PROUNI, ao invés de promover a democratização do acesso à educação superior dos excluídos do sistema, reafirma e aprofunda as condições históricas de discriminação no país. De acordo com Mancebo (2004, p. 86)

[...] longe de corrigir a distribuição desigual dos bens educacionais, a

privatização promovida pelo programa tende a aprofundar as condições históricas de discriminação e de negação do direito à educação superior a que são submetidos os setores populares. A alocação dos estudantes pobres nas instituições particulares cristalizará mais ainda a dinâmica de segmentação e diferenciação no sistema escolar, destinando escolas academicamente superiores para os que passarem nos vestibulares das instituições públicas e escolas academicamente mais fracas, salvo exceções, para os pobres.

Para Carvalho (2006), considerando a legitimidade social do PROUNI, o programa pode trazer o benefício do diploma àqueles que conseguirem permanecer no sistema e, talvez, uma chance de ascensão social dos grupos de IES privadas de qualidade.

Dado o exposto acima, podemos concluir que o empecilho à massificação do ensino superior brasileiro de acordo com Carvalho (2006), não está na ausência de vagas, mas na escassez de vagas públicas e gratuitas. Estas são insuficientes e inadequadas diante do perfil dos estudantes que concluem o ensino médio. Deste contingente, 63% estudam em escolas públicas no período noturno.

O dado revela um problema no fluxo escolar entre os dois níveis educacionais, uma vez que as universidades públicas concentram menos de 30% das matrículas, em sua maior parte, nos cursos integrais e diurnos. Este fato é um dos principais gargalos para ampliar o acesso dos segmentos sociais menos favorecidos.

6. O Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

Uma das iniciativas do governo do Presidente Lula, no sentido de democratizar o acesso ao ensino superior, foi a instituição do REUNI, Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais através do decreto nº 6.096 de 24/04/2007, cujo objetivo foi “criar condições para a ampliação do acesso e permanência no ensino superior, em cursos de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e para o aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes nas universidades federais.”

O programa tem como objetivos, de acordo o parágrafo 1º do art. 1º, “elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e elevação da relação professor /aluno, na graduação, em cursos presenciais para 18% ao final de cinco anos a contar do início de cada plano.”

O REUNI também possui como diretrizes, de acordo com o art. 2º, a

diminuição dos índices de evasão, o preenchimento de vagas ociosas e aumento do número de vagas para ingresso, ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil.

Como parte do projeto, tem surgido programas de expansão das universidades federais por todo o país com a criação de campi no interior dos estados, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, interiorizando o ensino superior.

Para Andifes (2010), tomando 2007 como referência, as universidades federais aumentaram em 49% a oferta de vagas na graduação o que representou 65.306 novas vagas até 2010. Em acordo com as diretrizes do Reuni, destaca-se a expansão dos cursos noturnos que em 2006 eram 645 e em 2010 somaram 1.129.

De acordo com o MEC (2007, p.9) “Em termos orçamentários, houve um aumento de 31,5% em relação a 2002. Nesse período, o investimento aumentou 905%. Com a contratação de mais 9.000 docentes e 14.000 técnicos administrativos”.

Tabela 2: Previsão de acréscimo orçamentário a partir do Decreto nº 6.096/2007

(valores em milhares de reais)

Ano	2008	2009	2010	2011	2012
Investimento	305.843	567.671	593.231	603.232	
Custeio/Pessoal	174.157	564.247	975.707	1.445.707	1.970.205
Total	480.000	1.131.918	1.568.938	2.048.939	1.970.205

Em suma, a fundação e ampliação das universidades federais elencadas acima possibilitou a abertura de concursos para contratação de professores, passo importante para a democratização do acesso ao ensino superior.

7. Conclusão

A formação deficitária por parte dos alunos da rede pública de ensino tem como consequência imediata baixos índices de aprovação nos exames vestibulares das melhores universidades do Brasil. Diante desse quadro, as políticas públicas para a democratização

do acesso ao ensino superior são: avaliações seriadas, cotas de vagas e pontos extras nas notas. Ademais, no REUNI, com ampliação do número de vagas nas IES federais e o PROUNI, tem oferecido, desde que foi criado em 2004, uma quantidade significativa de bolsas para estudantes de baixa renda.

Embora o PROUNI tenha oferecido 639.802 bolsas, esse número pode representar um paulatino processo de privatização do ensino superior no país, uma vez que funciona como mecanismo de recuperação financeira das instituições privadas que deixam de pagar vultosos recursos financeiros em impostos para o estado em troca de vagas destinadas aos alunos carentes em cursos de qualidade duvidosa.

Concomitante a esses projetos, as políticas de acesso ao ensino superior devem ser articuladas com a reforma da educação pública fundamental e média no sentido do alcance da qualidade para que os filhos das classes trabalhadoras possam chegar ao vestibular em condições de igualdade com estudantes oriundos de escolas particulares. Somente buscando maior equidade em termos de resultados, pode-se falar efetivamente em políticas de democratização e inclusão social na educação.

Referências

ALTHUSSER, L. P. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. In: ANDIFES lança relatório de acompanhamento do REUNI durante conferência nacional da educação. Disponível em http://www.uftm.edu.br/upload/institucional/AT_T00271.pdf. Acesso em 14.06.2011.

BRASIL, Atos do Poder Executivo. Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o

Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **Diário Oficial da União**, Brasília – DF, Publicado em 25 de abril de 2007.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília – DF, Publicado em 23 de dezembro de 1996.

BRASIL, MEC. Projeto de Lei n.3582/2004. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, e dá outras providências. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=253965>. Acesso em 05. 07. 2009.

CARVALHO, C. H. A. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Educação e Sociedade**, vol. 27, n. 96, p. 979-1000, 2006.

CONSTANTINO, L.; SALOMON, M. Filantrópica ganha R\$ 839,7 milhões de incentivo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 abr. 2004. Caderno Cotidiano, p. C1.

CORBUCCI, P.R. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma. **Educação e Sociedade**, v. 25, n. 88, p. 677-702, 2004.

DIAS SOBRINHO, J.; BRITO, M. R. F. La educación superior en Brasil: principales tendencias y desafíos. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 13, n 2, p. 487-507, 2008.

FREIRE, P. **Educação como prática de Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GIROUX, H. A. **Teachers as intellectuals: toward a critical pedagogy of learning**. Massachusetts: Bering & Garvey, 1988.

LIEBSCHER, P. Quantity with quality? Teaching quantitative and qualitative methods in a LIS Master's program. **Library Trends**, v. 46, n. 4, p. 668-680, 1998.

MANCIBO, D. "Universidade para Todos": a privatização em questão. **Pro-Posições**, v. 15 n. 3, p. 75-90, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes gerais do programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais REUNI. In: Plano de Desenvolvimento da Educação, v. 1, n.1, p. 1-45, Ago. 2007. Disponível em

<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em 14.06.2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. Reaching the marginalized. In: EFA Monitoring Global Report, v.1, n. 8, p. 1-525, 2010. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001866/186606e.pdf>. Acesso em 05. 07. 2011.

ORGANIZAÇÃO PARA ACOOPERAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECOMICO. In: PISA 2009 Results: What Students Know and Can Do – Student Performance in Reading, Mathematics and Science. Paris v.1, n. 4, p. 1-

276, 2010 Disponível em <http://dx.doi.org/10.1787/9789264091450-en>. Acesso em 14.06.2011.

PAULA, M. F. C.; AZEVEDO, M. D. Políticas e práticas de privatização do público na universidade: o caso UFF. In: **Avaliação, Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**, v. 11, n. 3, p. 91-111, 2006.

TOLEDO, J. Estadão Sociedade In: Muito Além da média. Uma Análise do ENEM. Disponível em <http://blogs.estadao.com.br/vox-publica/2011/09/25/muito-alem-da-media-uma-analise-do-enem/>. Acesso em 21.11.2011.